

Sumário

Apresentação	xix
Prefácio	xxi
Introdução	1

Capítulo I

A Corte Marítima Brasileira

1.1. Delineamento Histórico.....	5
1.2. Composição do Colegiado.....	18
1.3. Atribuição dos Juízes.....	21
1.4. A Corregedoria do Tribunal	24
1.5. A Secretaria.....	24
1.6. A Comissão de Jurisprudência	25
1.7. O Procurador Especial da Marinha	26
1.8. O Patrocínio	26
1.9. As Garantias da Ampla Defesa e do Contraditório	27
1.10. Competência	28
1.11. Jurisdição.....	33

Capítulo II

A Procuradoria Especial da Marinha

2.1. Origem histórica.....	39
2.2. Competência	47
2.3. Composição e Atribuições	50

Capítulo III

Do Procedimento Administrativo

3.1. Da Tramitação do Procedimento Administrativo	54
3.2. Dos Prazos.....	55
3.3. Das Penalidades Cabíveis.....	58

Capítulo IV

Acidentes e Fatos da Navegação

4.1. Do conceito de acidente da navegação	63
4.2. Do conceito de fato da navegação	84
4.3. Das Avarias Marítimas	95
4.3.1. Avaria grossa ou comum.....	97
4.3.2. Avaria simples ou particular	99
4.4. Proposta de sistematização doutrinária dos acidentes e fatos da navegação	101

Capítulo V

Do Inquérito Marítimo

5.1. Natureza Jurídica	111
5.2. Da Competência para Instauração.....	113
5.3. Da Competência Consular	115
5.4. Das Provas.....	116
5.5. Da oitiva das testemunhas	119
5.6. Do prazo para conclusão ou prorrogação.....	126
5.7. Da Defesa Prévia	126
5.8. Hipóteses de Não Cabimento de Instauração do IAFN ..	127
5.9. Do Envio do Inquérito ao Tribunal Marítimo.....	129

Capítulo VI

Do Processo Marítimo

6.1. Da Instauração do Processo Marítimo	131
6.1.1. Por iniciativa pública	132

6.1.1.1. Por representação da Procuradoria Especial da Marinha	132
6.1.1.2. Por decisão do próprio Tribunal	139
6.1.2. Por iniciativa privada	141
6.2. Da Citação	143
6.3. Da Defesa	147
6.4. Das Audiências	149
6.5. Da Instrução	149
6.5.1. Da Prova	150
6.5.2. Da Testemunha	152
6.5.3. Da Perícia	154
6.6. Das Alegações Finais	157
6.7. Do Julgamento	158
6.8. Dos Recursos	163
6.8.1. Principais Princípios Gerais dos Recursos	164
6.8.2. Da Reformatio in Pejus	167
6.8.3. Dos recursos cabíveis no Processo Marítimo	168
6.8.3.1. Do Agravo	168
6.8.3.2. Dos Embargos de Declaração (ED)	170
6.8.3.3. Dos Embargos de Nulidade (EN)	171
6.9. Das Penalidades	176
6.10. Da Decadência e da Prescrição	179
6.10.1. Da Decadência	180
6.10.2. Da Prescrição	183
6.11. Da Validade e da Eficácia das Decisões do Tribunal Marítimo	190
Conclusão	197
Bibliografia	199